



Vereadores aprovaram a Lei de Acesso à Informação em Arujá

Arujá votam Orçamento 2027 e maior transparência às emendas

A Câmara Municipal de Arujá aprovou, em primeira discussão, o projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026. Com a aprovação, foi aberto o prazo para apresentação de emendas ao orçamento, que poderá ser feito até 28 de outubro. A segunda votação está prevista para 30 de novembro, enquanto a redação final será analisada em 7 de dezembro. Na mesma sessão, os parlamentares aprovaram propostas da Mesa Diretora relacionadas à Lei de Acesso à Informação, à transparência das emendas parlamentares e à manutenção do Orçamento Participativo. Também foram aprovados nove projetos de lei, que seguem para sanção ou veto do prefeito. As propostas tratam de temas como combate aos golpes virtuais e ao bullying, consumo sustentável, valorização do comércio local, inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e busca por pessoas desaparecidas.

São Bernardo aprova projeto sobre comemoração

A Câmara de São Bernardo recebeu propostas para instituir o Dia do Profissional da Limpeza e alterar a homenagem ao Dia do Garçom e do Hoteleiro. Também foram apresentados projetos para conceder títulos de Cidadão São-Bernardense a Thiago Trindade da Silva e Raimundo Davi Bezerra, além de homenagem à Associação Harmonia de Educação e Cultura. A pauta inclui moções de congratulação a professores de capoeira, pelo trabalho de preservação da cultura afro-brasileira e formação cidadã.

ARQUIVO CMSBC / ELOISA PIOLA



Vereadores aprovaram moções e propostas de datas comemorativas

Barueri aprova apoio a autistas adultos e na velhice

A Câmara de Barueri aprovou projeto que cria política de apoio a pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na vida adulta e envelhecimento. De autoria do vereador Helio Junior (PL), a proposta prevê planos para organizar cuidados, saúde, moradia, autonomia e convivência social. O texto busca prevenir o abandono e reduzir a sobrecarga de familiares e cuidadores. O planejamento respeitará as escolhas e os direitos da pessoa com TEA. A proposta segue para sanção do prefeito Beto Piteri (Republicanos).

Instituto é declarado de utilidade pública em Ferraz

A Câmara de Ferraz de Vasconcelos aprovou a declaração de utilidade pública do Instituto Melo Cordeiro (IMC), associação sem fins lucrativos que atende 500 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Fundada em 2011, a entidade desenvolve projetos de educação, formação e desenvolvimento. Com o reconhecimento, poderá receber apoio financeiro institucional da Prefeitura e ampliar o atendimento.

Cotia

O vereador Eduardo Nascimento (PSB) foi eleito por unanimidade presidente da Câmara Municipal de Cotia para o biênio 2027-2028. A escolha ocorreu nesta terça-feira (20), durante a 34ª Sessão Ordinária. Professor Osmar (Republicanos) será vice-presidente, Yago Bezerra (União) ocupará a 1ª Secretaria e Hernane (PP), a 2ª.

São Caetano do Sul

O vereador Daniel Córdoba (PSD) solicitou o reforço das rondas da Guarda Civil e da Polícia Militar no centro comercial de São Caetano. As medidas buscam ampliar a segurança nos horários de maior movimento. O parlamentar cita relatos de vandalismo e pede mais policiamento para proteger trabalhadores e consumidores que circulam pela região.

Suzano

Suzano oferece 868 vagas de emprego nesta semana pelo programa Suzano Mais Emprego. Entre os destaques estão auxiliar de serviços gerais, ajudante geral, auxiliar de produção, instalador de equipamentos e costureira (50 cada). Há oportunidades para diferentes níveis de escolaridade, inclusive sem experiência. Consulte as vagas no site da prefeitura.

Carapicuíba

A vereadora Denise Alexandre (PL) solicitou o remanejamento de placas de “Proibido Estacionar” no Parque Santa Tereza, em Carapicuíba. A indicação busca facilitar a passagem do caminhão de lixo e melhorar a circulação de veículos. A parlamentar teve aprovada uma moção em homenagem ao motociclista Pedro Ferro, campeão de Enduro.

Mogi das Cruzes

A Câmara de Mogi das Cruzes aprovou projeto que declara a Associação Esportiva Portuguesa Mogi, na Vila Suíssa, como entidade de utilidade pública. A proposta, do vereador José Farofa (PL), reconhece a atuação da associação, fundada em 2024, na inclusão social pelo esporte. A medida permite buscar recursos públicos e benefícios fiscais.

Guarulhos

A Câmara Municipal de Guarulhos informa que a Sessão Ordinária prevista para esta quarta, não foi realizada. Conforme determinação da Presidência da Casa, as pautas previstas para hoje serão remanejadas para a próxima Sessão Ordinária, que será realizada na segunda (26/10), a partir das 14h, no Plenário da Câmara Municipal de Guarulhos.



Texto busca ampliar alternativas de moradia para famílias de baixa renda.

Sessão de Guarulhos aprova projeto de moradia popular

Proposta permite doações a novos comércios e amplia isenções de impostos

Da **Redação**

As comissões de Direitos Humanos e de Finanças e Orçamento da Câmara de Guarulhos deram parecer favorável ao Projeto de Lei 230/2026, enviado pela Prefeitura, durante reuniões ordinárias realizadas nesta segunda-feira (19/10). A proposta altera a Lei nº 7.150/2013, que trata da implantação de moradias do Minha Casa, Minha Vida – Faixa 1 e prevê isenções tributárias.

O projeto amplia as possibilidades de doação de imóveis municipais destinados a empreendimentos habitacionais. Além da transferência ao Fundo de Arrendamento Residencial, prevista na legislação atual, o texto passa a permitir doações a empreendimentos vinculados ao Fundo de Desenvolvimento Social. A proposta também estende a esses projetos as isenções de IPTU e ITBI já previstas na lei municipal.

Segundo a Prefeitura, a medida busca ampliar as alternativas para viabilizar moradias populares e beneficiar famílias de baixa renda. Na Comissão de Direitos Humanos, o parecer favorável foi acompanhado pelo presidente, Lamé (PCdoB), e pelo vereador Daniel Santos (PP).

Na Comissão de Finanças e Orçamento, os três integrantes — Geleia Protetor (PSD), Pastor Adalberto (Mobiliza) e Leandro Dourado (Mobiliza) — participaram das deliberações, e o parecer ao PL 230/2026 foi unânime. Dourado afirmou que a proposta é voltada às famílias mais carentes e destacou que o Executivo apresentou a forma de compensação da renúncia de receita decorrente das isenções tributárias.

A comissão analisou favoravelmente o PL 229/2026, da Prefeitura, que altera a Lei nº 7.550/2017 para criar vagas de Assistente de Gestão Pública no quadro de servidores da administração direta de Guarulhos.

Outras duas propostas receberam parecer contrário da Comissão de Finanças e Orçamento por criarem despesas para o Executivo. Uma delas é o PL 55/2025, que institui a “Cidade da Criança” no município. A outra, PL 2598/2022, trata da disponibilização e do uso de pulseiras com QR Code para identificação e segurança de pessoas com doenças mentais, neurológicas, deficiências intelectuais ou restrições de interação social. Os pareceres integram a tramitação e antecedem novas etapas de análise na Câmara.